

A igreja católica em crônicas de Lima Barreto (1915-1919)

Thiago Roza Montilha*

Resumo: O presente artigo analisa as principais representações que caracterizaram a Igreja católica nas crônicas jornalísticas do escritor Lima Barreto. A cidade do Rio de Janeiro constitui-se como o espaço privilegiado na análise em questão e o recorte cronológico adotado é composto pelos anos situados entre 1915 e 1919. Neste artigo almejamos não somente captar as diferentes imagens que marcaram a Igreja nas crônicas de Lima Barreto, mas, analisá-las visando uma compreensão mais profunda de sua ótica em relação à instituição católica.

Palavras-chaves: Intelectuais; Igreja Católica; Lima Barreto.

The Catholic Church in Lima Barreto's chronicles (1915-1919)

Abstract: The present article analyzes the main representations that characterized the Catholic Church in journalistic chronicles of Lima Barreto. The city of Rio de Janeiro is the privileged space in our analysis and the period focused is composed by the years situated between 1915 and 1919. In this article we aim not only capturing the different images that marked the Church in the Lima Barreto's chronicles, but analyze them for a better understanding concerning his perspective about the catholic institution.

Keywords: Intellectuals; Catholic Church; Lima Barreto.

Os anos que compuseram as últimas décadas do século XIX bem como as primeiras que abriram o século XX nos revelam a concretização de significativas transformações na sociedade brasileira, inclusive nos posicionamentos sociais e políticos de diversos “atores” extremamente importantes à formação histórica do país, a exemplo da Igreja Católica, presente em solo nacional desde a empreitada colonizadora.

A realização da proclamação da República, em novembro de 1889, talvez seja a ruptura mais proeminente e abrupta deste contexto histórico, pois ao mesmo tempo em que instalou em terras brasileiras, de modo inédito, um regime republicano democrático, iniciou no país a afirmação de um arranjo político-institucional laico que reconfigurou as estreitas relações anteriormente existentes entre a monarquia de Dom Pedro II e a Igreja Católica. Durante a vigência do Império, é possível afirmar que a atua-

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História do Brasil, sobretudo no período da Primeira República, atuando principalmente nos temas ligados à imprensa e intelectuais. E-mail: vcthiago@hotmail.com

ção da monarquia ocorreu contando com o apoio da Igreja, então sob o regime do padroado¹, cabendo à instituição católica uma importante parcela de contribuição na manutenção do *status quo* imperial (ALONSO, 2002, p.109), sobretudo por meio da concessão da legitimação simbólica ao governo de Pedro II.

A insistência da monarquia na simbiótica relação que possuía com a Igreja Católica, na lentidão em relação à modernização social do país, bem como na manutenção do Poder Moderador, dos privilégios e dos títulos honoríficos, só fez recrudescer a percepção de grande parte de nossas elites cultas, de que o atraso social nos caracterizava enquanto sociedade regida por um regime obsoleto, comprometido com concepções de governo ultrapassadas (MELLO, 2008, p.17)². Tal percepção, consolidada ao longo da crise do Império e muito propagada pela “geração de 1870”, assim como por círculos letrados que vieram na esteira de sua militância intelectual contra a monarquia, em grande medida municiou o desenvolvimento de seus projetos de reformas que, a despeito de seus diferentes enfoques, visavam à reconfiguração da realidade nacional e baseavam-se em um repertório³ teórico composto por esquemas interpretativos, noções e correntes de pensamento, tais como o positivismo, o cientificismo, o darwinismo social e o republicanismo.

Indubitavelmente não podemos compreender as transformações ocorridas no Brasil daquela virada de século, como unicamente devidas à implantação da República, afinal, outros diversos processos históricos também se revelaram fundamentais à reconfiguração que nossa sociedade experimentou naquela conjuntura: a título de exemplo, podemos lembrar a efetivação da política abolicionista, fundamental à complexificação das estruturas sociais e econômicas do país, a lenta modernização de nos-

¹ Regime instituído pela Constituição de 1824, do Primeiro Reinado, que introduzia o catolicismo como religião oficial de Estado, o direito do Imperador de nomear quem desejasse para vários cargos eclesiásticos, a cobrança do dízimo por parte da Coroa, o pagamento de pessoal eclesiástico pelo governo, o que o reduzia praticamente à condição do funcionalismo público, dentre outras regulamentações.

² Segundo a autora, “Nesse quadro renovado, a paz imperial começa a ser sentida como um resultado da inércia e apatia de um povo infantilizado pelo poder pessoal centralizado. Um povo de súditos frente a repúblicas de cidadãos. O sentimento de inadequação temporal, de atraso, vai se expressar no insistente apelo por reformas: ‘reforma ou revolução’, alertava o Novo Partido Liberal, em 1869 [...]. Daí que se foi generalizando a impressão de que as reformas eram impossíveis com a monarquia. A sensação era a de que o regime só se mantinha pela força porque se tornou um sistema sem projetos, um sistema que não se via no futuro.” (MELLO, 2008, p.17)

³ Segundo Ângela Alonso, “o repertório fornece um conjunto de esquemas de pensamento, funcionando como uma ‘caixa de ferramentas’. Os agentes recolhem *seletivamente* elementos deste repertório, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir estratégias de ação.” (ALONSO, 2002, p.176).

sa economia e o recrudescimento do fenômeno da modernidade, típico do capitalismo de meados do século XIX.

Neste contexto histórico, variados segmentos sofreram significativas modificações nos seus posicionamentos na sociedade brasileira, mudanças que influenciaram, por exemplo, no crescimento de sua importância em termos de dominância política, tal como aconteceu aos clãs oligárquicos com a descentralização concretizada a partir da “política dos governadores” (LESSA In: CARVALHO, 2001), ou mesmo na diminuição de sua influência política e ideológica, sendo exemplar a situação vivenciada pela Igreja Católica que, embora tenha conseguido manter relativa proximidade com o *establishment* republicano, acabou acumulando perdas institucionais importantes, a exemplo do seu forçado afastamento de áreas como a política e a educação.

O final do século XIX trouxe para a Igreja Católica a necessidade de reposicionar-se em nossa sociedade e de reorganizar-se institucionalmente, devido principalmente ao advento da República, que lhe retirou do padroado exercido pelo Império desde o Primeiro Reinado, e às orientações da Santa Sé⁴ diante do recrudescimento do fenômeno da modernidade, inerente à expansão mundial que o sistema capitalista então vivenciava. Quanto a estas últimas, em linhas gerais pode-se dizer que durante a segunda metade dos Oitocentos, a Igreja Católica procurou se colocar em novos caminhos, com pretensões de reorganização e centralização administrativo-institucional (sobretudo nos papados de Pio IX e Leão XIII), processo este descrito por Miceli como uma “reação eclesial [que] desembocou numa série de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa do mundo contemporâneo” (MICELI, 1986, p.33). Exemplar quanto a esta postura institucional, vale destacar que neste contexto foram publicados alguns documentos pontifícios que esclareciam a perspectiva da Igreja diante de questões intrínsecas ao mundo coevo, dentre elas o capitalismo moderno, o liberalismo, o socialismo em difusão no seio das classes trabalhadoras, entre outras mais. Dois documentos se constituiriam como marcos para a Igreja Católica que então vivia o auge da vertente denominada ultramonta-

⁴ A Santa Sé é a jurisdição eclesial do Papa e forma o governo central da Igreja Católica. O sujeito de direito internacional é a Santa Sé e quaisquer relações e/ou acordos diplomáticos com outros estados soberanos são com ela firmados e não com o Vaticano, sendo este o território sobre o qual a primeira tem soberania.

nismo ⁵, sendo eles a encíclica *Quanta Cura* (1864) e o catálogo *Syllabus Errorum* (1864), que firmavam a postura de oposição da Santa Sé diante dos “erros” da modernidade, tais como o já citado socialismo, a maçonaria, a separação entre Igreja e Estado, as liberdades de imprensa e de culto, em outras palavras, uma deflagrada oposição ao “progresso, [ao] liberalismo e [à] civilização moderna”, considerados os “principais erros do nosso tempo”, como o cita Miceli. Tal postura político-institucional da Igreja apenas recrudescer nas últimas décadas do século XIX, sendo ilustrativo que no Concílio do Vaticano, ocorrido em 1870, a instituição católica tenha proclamado como dogma a infalibilidade papal, em meio ao fulgurante desenvolvimento científico coevo.

No cotidiano da época, paulatinamente nos voltávamos cada vez menos para os valores e hábitos ligados à visão de mundo mais tradicional, mais conservadora, orientada para a família e a Igreja, para nos tornarmos cada vez mais inclinados às experiências modernas e mundanas, marcadas pela efemeridade e intensidade. Na modernidade sofreriam inegável valorização as grandes cidades e sua cultura urbana, os hábitos de consumo, os divertimentos profanos, assim como a difusão da percepção de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias no mundo, ambas devidas em grande parte à assombrosa modernização tecnológica da época. As missas passariam a ficar cada vez mais em segundo plano, dando lugar aos teatros, cafés e cinemas que conquistaram significativos espaços principalmente nas grandes cidades do Brasil. Olavo Bilac, outro importante intelectual daquele contexto e testemunha ocular deste processo, chegou a deixar alguns vestígios históricos que nos revelam um pouco mais da perda de espaço das tradicionais práticas religiosas para aquelas propagadas pelo fenômeno da modernidade. Segundo o irônico poeta-jornalista, “As conferências do Sr. Padre Júlio Maria [eram] o único sinal revelador da quaresma” e:

As maldições chovem dali sobre a cidade pecadora, que cometeu o grande

⁵ Segundo Ítalo Domingos, o ultramontanismo foi uma corrente político-institucional da Igreja Católica, surgida em meados do século XIX e que se caracterizou por uma série de medidas “num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos ‘perigos’ que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do ‘Silabo dos Erros’, anexo à mesma, publicados em 1864.” (SANTIROCCHI, 2010, p.24).

crime, o crime sem perdão de sanear-se, de dignificar-se, de civilizar-se. [...] Pois sim, os frequentadores e as frequentadoras das conferências da catedral ouvem essas coisas com espanto e medo, - mas com espanto e medo que duram pouco. Ouvidas as últimas palavras da impreciação do novo Isaías, os fiéis, ainda enxugando os olhos, saem do templo pensando no próximo curso ou na próxima batalha de confete, e vão regalar-se nos cinematógrafos com a contemplação de cenas profanas. Já ninguém tem medo do inferno... (BILAC, 03/1908 In: DIMAS, 2006, p.392)

Inserido neste contexto histórico, Lima Barreto (1881-1922) era descendente de escravos e oriundo das classes mais desfavorecidas da cidade carioca. Viveu a maior parte de sua vida no bairro do Engenho Novo e, apesar das origens humildes, conseguiu significativa formação intelectual em importantes instituições educacionais como o Liceu Popular Niteroiense, custeado pelo padrinho Visconde de Ouro Preto, e a Escola Politécnica da cidade do Rio. Todavia, Barreto acabou dedicando boa parte de sua vida ao funcionalismo público, como amanuense da Secretaria de Guerra, mas também às atividades literárias, estas divididas entre as crônicas jornalísticas e as difíceis publicações de seus romances. O reconhecimento no mundo letrado veio a duras penas e é bastante conhecido o seu incômodo em relação a literatos consagrados em seu tempo, tal como o escritor Coelho Neto, então possuidor de enorme prestígio no meio literário com a sua escrita formalista e rebuscada. Em inúmeras ocasiões o autor maranhense foi alvo da pena extremamente crítica de Lima Barreto, que julgava as suas obras “desconectadas” das questões de seu tempo⁶. Quanto aos romances barretianos, podemos afirmar, sem maiores dúvidas, que estes trataram de diversas problemáticas inerentes à sociedade brasileira da época (BOTELHO, 2001; 2001a; ENGEL, 2004; 2005; 2006; REZENDE; VALENÇA, 2004; SEVCENKO, 1983), a exemplo do preconceito racial, em *Clara dos Anjos*, e do nacionalismo exacerbado, em *Policarpo Quaresma*.

Especificamente quanto ao itinerário que Lima Barreto percorreu pela imprensa da Belle Époque, julgamo-lo importantíssimo, certos de que este compõe-se de indi-

⁶ Em crônica, Lima Barreto abordou a “ditadura” chefiada pelo romancista Coelho Neto: “Decididamente, o imortal romancista está ficando um ditador das nossas letras; e me parece, vai sair-nos um Porfírio Díaz da pena. Tem em cada jornal de importância um embaixador; possui na Academia um bando, o dos *cabots* [...]. Não há remédio! Qualquer que seja o caminho que tomemos, o encontro com ele é inevitável. Ai dos vencidos! Tenho até certa admiração por Coelho Neto; mas essa ditadura dá-me medo, por isso, simplesmente por isso, saio-lhe na frente, antes que me possa fuzilar. Não posso compreender que a literatura consista no culto ao dicionário; não posso compreender que ela se resuma em elucidações mais ou menos felizes dos estados d’alma das meninas de Botafogo ou de Petrópolis[...].” (BARRETO, 24/06/1911 In: REZENDE; VALENÇA, 2004, p.88).

cios históricos significativos a respeito de seu engajamento intelectual, por vezes inspirado nas doutrinas do socialismo e anarquismo, tendo sido vários os periódicos em que atuou, com posicionamento assumidamente crítico em relação à sociedade burguesa e republicana que lentamente se consolidava no país em pleno alvorecer do século XX. Algumas folhas se revelavam mais radicais, devido à sua inclinação, por exemplo, pelas ideias anarquistas, outras nem tanto, embora não fossem menos engajadas diante de causas como as reivindicações das classes trabalhadoras. Entre as mais engajadas que fizeram parte da trajetória barretiana, podemos citar o jornal anarquista *O Debate*, a folha operária *A Voz do Trabalhador* e o anticlerical *A Lanterna*. Entretanto, apesar de não haver dúvida quanto à postura mais politizada dos periódicos citados, não seria adequado restringir a militância intelectual de nosso escritor às páginas destes últimos, uma vez que Lima Barreto também publicou inúmeras crônicas extremamente críticas em periódicos mais voltados ao entretenimento e à prestação de informações ao público-leitor, tais como as revistas de variedades *O Malho*, *Revista da Época*, *Careta* e *Revista Contemporânea*. Por outro lado, cabe considerar que a diversidade de periódicos nos quais Barreto atuou, também pode constituir-se enquanto indício de que buscava na emergente imprensa da época, tanto a sua subsistência diária, quanto a consagração no meio literário coevo, a exemplo de outros letrados com os quais conviveu, dentre eles o já citado Olavo Bilac e João do Rio.

Portanto, a despeito dos diferentes perfis dos periódicos pelos quais o escritor carioca passou, destacamos que em todos eles constam as suas incontáveis críticas ao capitalismo contemporâneo, à República bem como o seu olhar profundamente analítico sobre as mais diversas questões de cunho social, econômico, político e cultural, em âmbito nacional e internacional. Se de fato houve algum tipo de influência sobre a sua escrita, advinda dos espaços profissionais em que escreveu, esta é imperceptível, afinal, Barreto não apenas fizera, por exemplo, duras críticas à política de seu tempo, como chegou a ridicularizar os sujeitos nela envolvidos, citando seus nomes abertamente e até sugerindo a possibilidade de ações violentas⁷ em represália à opressão

⁷ No jornal *O Debate*, Barreto analisava as greves que ocorriam pelo país entendendo que a carestia era uma de suas principais causas e concluindo que naquele quadro, "Quando um ministro de Estado, como o Rufino o é, cuja missão, na especialidade do seu departamento, é prover às necessidades gerais da população, atender aos seus clamores, impedir a opressão de uma classe sobre as demais, regular o equilíbrio das forças sociais, se faz caixeiro ou chefe de *trust*, para esfomear um país, não há mais para

vivenciada pelos segmentos mais humildes. A questão da independência intelectual sempre foi importante para Lima Barreto que se gabava de sua liberdade de escrita, tendo consigo clara percepção de que vivia num contexto histórico de autores e periódicos muitas vezes subvencionados por partidos e governos⁸. De acordo com Denílson Botelho, a pretensão de independência intelectual por parte do cronista, chegava ao ponto do próprio não se filiar a quaisquer doutrinas políticas:

embora tivesse explicitado sua adesão aos ideais maximalistas que tanto fascinavam na época, Lima Barreto jamais aceitou submeter-se a qualquer doutrina política. Ao longo de sua curta trajetória de vida e de militante das letras, fez questão de que prevalecesse a sua liberdade de pensamento e de opinião e, sobretudo, a sua autonomia e independência, tendo recusado filiar-se a grupos ou correntes políticas. (BOTELHO, 2001, p.159)

Alguns trabalhos historiográficos, sobretudo aqueles desenvolvidos por Magali Engel (ENGEL, 2004; 2005; 2006) e Denílson Botelho (BOTELHO 2001; 2001a), convergem quanto à perspectiva de que Lima Barreto teve sua militância restrita ao âmbito literário/jornalístico, bem como quanto à percepção de que tal engajamento possuiu nítida inspiração nos já mencionados ideais socialistas e anarquistas. Por outro lado, ambos os autores, de modo semelhante, também ratificam a complexa trajetória de Lima Barreto no *campo intelectual* (BOURDIEU, 1968) da Primeira República, como determinada em grande medida por fatores como o seu alinhamento político de oposição ao caráter excludente do regime republicano brasileiro, as suas origens humildes, o difundido preconceito de classe e de cor, assim como a relativa falta de capital social que lhe permitisse uma ascensão mais rápida no mundo das letras. Talvez a contribuição historiográfica mais sólida em relação ao perfil intelectual de Lima Barreto, tenha sido dada por Denílson Botelho que, a partir de minuciosa análise das crônicas barretianas, definiu o escritor carioca como um intelectual em

busca de um caminho a ser seguido em meio à transição entre uma sociedade caracterizada pela ideologia paternalista e pelas relações de dependência pessoal, vigentes no século XIX, e a sociedade republicana em plena reestruturação das ideologias de dominação, cenário de redefinição dos no-

onde apelar senão para a violência, para a brutalidade da força!" (BARRETO, 15/09/1917).

⁸ Vale lembrar que Barreto chegou a ter maior proximidade com as disputas políticas de seu tempo, sendo exemplar o apoio que concedeu à chamada *campanha civilista*, em prol do candidato Rui Barbosa. Contudo, é importante frisar que o escritor jamais se filiou a quaisquer partidos políticos neste contexto.

vos espaços de poder a serem ocupados. Mas ao mesmo tempo, o testemunho de um indivíduo perplexo e inconformado com a permanência de uma lógica excludente do ponto de vista político, social e econômico. (BOTELHO, 2001, p. 206)

Ademais, cabe complementarmos a supracitada interpretação destacando que a militância literária de Lima Barreto contra a lógica excludente dos sistemas capitalista e republicano, trazia junto de si outro aspecto inerente ao seu perfil intelectual, qual seja ele, uma confessada repulsa pelos segmentos mais humildes dos quais provinha. Magali Engel e Denílson Botelho também reconhecem tal oscilação da militância barre-tiana em favor das classes mais desfavorecidas de seu país: em inúmeras crônicas Lima Barreto criticou a população comum brasileira, dizendo-a incapaz e ignorante, chegando mesmo a professar certo preconceito e distanciamento em seu diário íntimo: “Há em minha gente toda uma tendência baixa, vulgar [...]. Eu, entretanto, penso me ter salvo” (BARRETO, 1956, p. 75-76 In: BOTELHO, 2001a, p.111).

Para além da importância do engajamento intelectual de Lima Barreto, lembramos que outro “personagem” também possuiu lugar privilegiado e influente atuação no contexto histórico de que tratamos, sendo ele a Igreja Católica. E tendo por objetivo analisar justamente as impressões do referido escritor e cronista a seu respeito, julgamos fundamentais as observações de Sérgio Miceli (MICELI, 1985), que nos revela um ilustrativo panorama sobre o posicionamento institucional da Igreja Católica nos âmbitos internacional e nacional, inclusive demonstrando os obstáculos que a instituição teve de enfrentar com a ascensão de uma República laica no Brasil, o que lhe impôs a “tarefa mais urgente” da “definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política” (MICELI, 1985, p. 42).

Quanto ao posicionamento social, político e institucional da Igreja Católica no Brasil daquela virada de século, frente não somente à ordem republicana estabelecida, mas também às pretensões centralizadoras do Vaticano, de acordo com Miceli, coube aos representantes da instituição católica atuantes no país, atentos tanto à manutenção da destacada posição da Igreja em nossa sociedade, como ao alinhamento às diretrizes emanadas pela cúpula romana, a conciliação entre as demandas, muitas vezes contraditórias, de seus interlocutores mais importantes neste contexto de crescente

laicização do mundo ocidental, sendo eles os governos republicanos brasileiros e o Vaticano. Por outro lado, para além do aspecto da conciliação ressaltado por Miceli, também cabe ênfase à perspectiva adotada por Lúcia Lippi de Oliveira que destaca a “distância respeitosa” mantida pela Igreja brasileira em relação à República. Embora tenha permanecido durante anos sob a suspeita de ser a “aliada natural” da monarquia, segundo a autora, a Igreja ainda assim conseguiu cautelosamente defender o seu projeto de uma “República católica” no Brasil, a despeito do caráter laico do regime inaugurado em 1889:

Para haver uma aproximação efetiva entre a Igreja e a República, a primeira deveria livrar-se da suspeita de estar defendendo a monarquia e sua luta teria de conter a ideia de defesa de uma República católica. [...] A posição de distância respeitosa e ao mesmo tempo de luta que a Igreja católica manteve para que os princípios católicos estivessem presentes nas leis da República perdurou até a década de 20. A partir de então, a hierarquia católica procurou aproximar-se ainda mais do governo republicano, oferecendo sua colaboração na defesa da ordem diante dos movimentos de contestação que começavam a questionar o *status quo* reinante (OLIVEIRA, 1990, p. 163).

Em resumo, entendemos que a perspectiva do cronista Lima Barreto a respeito da Igreja Católica, pode ser bastante especial por termos em conta fatores inerentes à sua trajetória intelectual, tais como a sua intensa e engajada produção jornalística, a sua condição de negro e oriundo dos setores mais humildes de nossa sociedade, a sua simpatia pelo socialismo e anarquismo (este marcadamente anticlerical) e sua condição de testemunha ocular da ascensão da República no Brasil. A nosso ver, todos estes fatores estão entrelaçados e, em maior ou menor escala, contribuíram para a construção da visão extremamente crítica que Lima Barreto expressou em suas crônicas acerca da Igreja Católica. Como veremos, no seu ponto de vista, por sinal bastante acertado, a atuação da instituição católica ia muito além do âmbito da religião.

A perspectiva de Lima Barreto em relação à República em grande parte se explica pelo seu entendimento de que esta, sob a hegemonia dos grupos oligárquicos, sobretudo paulistas, havia aberto definitivamente as portas do país para o excludente sistema capitalista, bem como para um inexorável processo de corrosão dos valores tradicionais de nossa sociedade ⁹. Nesse sentido, o autor fazia oposição ao regime re-

⁹ Em certa ocasião, o cronista carioca chegou a demonstrar um nostálgico apreço pelos valores morais mais tradicionais, a seu ver, em vias de desaparecimento: “O nosso regime atual é da mais brutal plutocracia, da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais [...]. Se a

publicano não somente por entender que seus moldes políticos e institucionais encontravam-se corrompidos desde os seus primeiros anos de vigência, mas também por percebê-lo como o regime da brutalidade burguesa, apoiada pelo domínio político dos cafeicultores paulistas:

[A] República, mais do que o antigo regime, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma [...]. Em outras épocas, no tempo do nosso Império regalista, cético e voltairiano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios (BARRETO, 6/10/1917).

Nas linhas em que se dedicou a discorrer sobre a degeneração de nossos valores morais, típicos dos dias imperiais de sua infância, Barreto revelou também alguns indícios de sua perspectiva sobre a Igreja Católica. Naquela mesma publicação afirmava que a instituição, após a proclamação da República, havia corroborado como nunca para o poder e os crescentes lucros dos “argentários” no Brasil e que estes nunca foram tão religiosos como à época. Assim, levando em conta as observações do sociólogo Pierre Bourdieu sobre o conceito de *campo religioso* (BOURDIEU, 2007), julgamos que tal afirmação de Lima Barreto já trazia de modo implícito o seu entendimento acerca da contribuição da Igreja Católica para a legitimação simbólica da ordem republicana e burguesa estabelecida no país, ou seja, a sua atuação institucional “naturalizaria” no âmbito do simbólico as novas relações de ordem e dominação a partir de então mantidas pelas classes dirigentes da República. Não é exagerado supor esta percepção como subjacente aos escritos de Lima Barreto, ainda que em outros termos, pois, imerso naquele contexto de nítida transformação dos valores morais que regiam a sociedade brasileira, o cronista não deixou de acertadamente apreender que o recrudescimento das práticas típicas do capitalismo, em meio a um sistema de governo laico, contava com visível apoio e legitimação da Igreja Católica. Deste modo, temos conosco o entendimento de que aos olhos de Lima Barreto, sob uma República laica, aos argentários, de ambições que não tinham “freio moral de espécie alguma”, era fundamental não somente fingirem-se bastante religiosos a fim de dissimular a amoralidade de suas práticas, mas também promover o estreitamento de relações com a instituição católica

dissolução dos costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens.” (BARRETO, 3/3/1915).

que legitimaria, ou “naturalizaria”, o exercício de sua hegemonia de classe perante os segmentos sociais mais desfavorecidos, pois, “nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja mais apoio” (BARRETO, 6/10/1917). Assim, podemos depreender que para Lima Barreto, à instituição católica caberia o papel da “naturalização” tanto das práticas, dos valores e dos hábitos intrínsecos ao modo de vida capitalista, definitivamente estabelecido no país após a instalação do regime republicano, quanto das novas estruturas de dominação de classe que tais “argentários” representavam.

Entretanto, o olhar de nosso escritor em relação à Igreja não se concentrava unicamente naquilo que dizia respeito a ela em seus dias republicanos. Lima Barreto, ao analisar a atuação da instituição católica, também recorreu a uma perspectiva histórica, o que lhe possibilitou afirmar que a Igreja havia adotado nos últimos séculos a política de “sustentar a classe poderosa no momento, com unhas e dentes, desculpar os seus erros e crimes, para poder viver; e quando ela, a classe poderosa, é derrubada e abatida, aliar-se à vitoriosa que lhe sucede” (BARRETO, 12/4/1919). Por meio deste olhar histórico, o nosso cronista chegou a remeter-se aos embates ocorridos entre os três estados envolvidos na Revolução Francesa, ratificando que a postura mais inflexível diante das propostas revolucionárias era a da Igreja e que tal posicionamento evidenciava a sua plena incapacidade de “compreender as profundas transformações sociais que se vão passando de uns séculos a esta parte” (BARRETO, 12/4/1919). Nesse sentido, sendo incapaz de tal compreensão naquele contexto, conseqüentemente a Igreja também o seria naqueles dias da Primeira República, particularmente em “dominar as almas, de tirar-lhe os seus defeitos oriundos das nossas correntes concepções de sociedade”, cabendo-lhe como saída, para não ser relegada a um plano secundário, “não melindrar as classes dirigentes, para obter destas o apoio material de seu poder” (BARRETO, 12/4/1919). Ou seja, para Lima Barreto, que novamente evidenciava um olhar histórico bastante acertado, a Igreja, envolvida pela crescente onda de laicização que tomou os Estados-nação ocidentais no decorrer do século XIX, havia perdido não somente grande parte da influência que possuía sobre as mentalidades e consciências do mundo contemporâneo, mas também a sua capacidade de outrora para a moderação das tendências altamente individualistas típicas do sistema capitalista. À Igreja, segundo o cronista carioca, constatada tal perda de espaço de atuação e de influência,

restou o apoio às classes dominantes em ascensão, sobretudo aos segmentos da burguesia. Contudo, ainda na crônica mencionada, ao relatar a indiferença do clero francês perante a miséria campesina no contexto revolucionário, Barreto relacionou este olhar retrospectivo, de modo bastante irônico, a certo trecho de uma circular publicada pelo monsenhor Fernando Rangel, na qual dizia ser a Igreja a “escola da verdade, da justiça e da caridade”. Questionando tal afirmação, que ainda trazia a instituição católica como aquela que detinha “os dados para resolver situação tão difícil como a que ora atravessa o mundo”, Barreto escrevera incisivamente:

Quando se ouve um prelado falar assim, logo nos vem à boca, fazer uma pergunta de matuto simplório: se a Igreja tem os dados, por que não resolve ou não resolveu a questão? Se ela tinha os dados de 89, por que não a resolveu, escapando até de desaparecer do mundo, sob as botas de Napoleão e dos exércitos franceses? Onde está a ganância de dinheiro, a anestesia moral, o esquecimento dos princípios cristãos, o cinismo de processos para obter riquezas? É nos seus inimigos, nos demagogos, nos revolucionários, que vivem pelo mundo a sofrer prisões, que são injuriados, caluniados, por toda a parte, suportando todas as torturas em nome do seu ideal; ou nos condes papalinos e comendadores que por meio de ladroeiros legalizadas se apossam de grandes extensões de territórios de Estados, para deixá-los em abandono, ou com auxílio de políticos desonestos e manobras legais de tarifas, conseguem, empobrecendo uma nação inteira, enriquecer lorpa e inutilmente do dia para a noite? (BARRETO, 12/4/1919)

A partir desta perspectiva histórica, Lima Barreto aprofundou a sua análise enfatizando a sua contrariedade em relação ao posicionamento institucional da Igreja nos dias da República brasileira, bem como explicitando objetivamente a sua postura de engajamento e crítica social por meio de um incisivo questionamento: “Para quem a Igreja se desvela em colégios, em incenso, em recompensas?” Em sua resposta ficavam evidentes as principais bandeiras de sua militância no mundo das letras: “É para a pobre criada de servir do grandiloquo burguês [...] ou é para este burguês?” (BARRETO, 12/4/1919). A sua percepção de que a dedicação da Igreja Católica seria maior aos interesses de nossas elites encontrava uma indubitável amostra nas transformações que observara na cidade de Petrópolis, sobretudo após a proclamação da República:

Fundada a República, livre do *controle* regalista da Coroa, mansamente [a Igreja] transformou a cidade de Petrópolis em uma Lassa romana; encheu-a de colégios para moças e meninos ricos, no intuito, especialmente no tocante àquelas de dominar, por intermédio de seus educandos, a governança do Brasil. (BARRETO, 12/4/1919)

Mais à frente, já finalizando a crônica, Lima Barreto abertamente indicou que, além de elitista, tal como afirmara ao observar as transformações efetivadas na cidade de Petrópolis, a Igreja Católica em seus dias não era divina como havia sido em tempos passados, quando teria sido mais comprometida com as mazelas e sofrimentos da humanidade. E, embora acreditasse na religiosidade de alguns eclesiásticos, para si o cronista tinha claro que a Igreja, para manter o seu posicionamento social, político e institucional, estava “disposta a apoiar os fatores da miséria, do sofrimento [...], dos crimes entre os homens que podem quase totalmente ser removidos, desde que o seja a sua desigualdade social e econômica.” (BARRETO, 12/4/1919). Portanto, neste trecho nos consta como ainda mais patente um dos referenciais da militância de nosso escritor, qual seja ele, o fim das desigualdades socioeconômicas no Brasil e no mundo, mas também a sua percepção de que a Igreja, ao mostrar-se em grande parte voltada para os interesses das camadas dominantes, dispunha-se a contradizer-se em seus princípios éticos, político-institucionais e filosóficos:

Se não creio na eficácia da Igreja para resolver a questão que ora avassala o mundo, não é por não acreditá-la divina; mas porque, atualmente, os seus ministros deixaram de fazê-la assim para lhe darem uma feição muito humana. Ela está sempre com o poderoso do dia e sempre com um pontilhão, a fim de passar-se para o poderoso de amanhã. Essa cautela não é de Deus... (BARRETO, 12/4/1919)

Em síntese, os aspectos socioeconômicos da enorme desigualdade que assolava a população brasileira, eram recorrentes nos escritos de Lima Barreto que vivenciou as reverberações da Revolução Russa com aberto entusiasmo; nesse sentido, inclinado pelas doutrinas socialista e anarquista em ascensão (o seu caráter universalista muito provavelmente o “encantava”), o cronista carioca, quando veiculou as suas inúmeras críticas ao regime capitalista e à República, esta segundo o próprio, “aliada” ao primeiro, não deixou de fora a Igreja Católica, pois, a seu ver, seria ela mais um agente com ampla contribuição no aprofundamento da realidade de miséria e exploração das classes trabalhadoras de todo o mundo. Era claro para Lima Barreto que a questão do crescimento da desigualdade social não afetava somente o Brasil, mas grande parte do mundo que então experimentava um intenso processo de expansão do capitalismo imperialista. Por outro lado, vale destacar que no decorrer da argumentação do autor

sobre o posicionamento da Igreja ao longo dos séculos, é interessantíssima a abrangência do seu olhar ao abordar a atuação da instituição, pois, ora percebe a sua influência em âmbito internacional, ora as suas nuances no espaço estritamente nacional, chegando ao ponto de afirmar que a Igreja corroborou bastante para a manutenção da escravidão: “nunca, da Igreja partiu um gesto decisivo condenando a escravidão negra entre nós. Se não fossem os exemplos estrangeiros e a propaganda dos ‘demagogos’, como ela chama os apóstolos leigos, ainda no Brasil, se esperássemos por ela, haveria escravos [...]” (BARRETO, 12/4/1919).

Na crônica mais que basilar da produção jornalística de Lima Barreto, intitulada *No ajuste de contas...*, o protesto social que atravessou a sua obra era reforçado, tomando ali talvez as feições políticas e ideológicas mais radicais já expostas pelo autor no mundo das letras. A publicação ficou conhecida à época como um “manifesto maximalista”, devido ao viés anarquista das propostas estabelecidas para a eliminação da profunda desigualdade social que afetava o Brasil. A Igreja teve lugar certo neste “manifesto”, ainda que indiretamente. Na ocasião o escritor afirmou como imperioso o confisco dos bens das ordens religiosas ligadas à instituição católica, devido à grande quantidade que estas acumularam ao longo dos séculos, ao mesmo tempo em que insinuava abertamente que tais ordens eram não somente elitistas, mas racistas:

Para os conventos de freiras, para as próprias irmãs de São Vicente de Paula (sei que não são freiras), não se entra sem um dote em dinheiro, sem um caríssimo enxoval e, afora exigências de raça, de sangue e família. Só se desgosta com o mundo, só tem ânsia de ser esposa de Jesus ou praticar a profunda caridade vicentina, as damas ricas, brancas, como a Nossa Senhora da Aparecida, de São Paulo. É mesmo católica essa religião? (BARRETO, 11/5/1918)

Para uma melhor compreensão deste trecho do “manifesto”, é extremamente justo termos a negritude e a pobreza de Lima Barreto, que até certo ponto obstaculizaram sua trajetória intelectual, como partes integrantes das condições de possibilidade para a articulação de seu discurso altamente engajado contra o preconceito social e racial tão difundido à época. Seguramente as experiências que lhe foram proporcionadas por tais “estigmas”, o da pobreza socioeconômica e o da negritude, contribuíram sobremaneira para que carregasse consigo o pleno conhecimento das agruras que cotidianamente atingiam a imensa maioria da população desfavorecida do Brasil, sobre-

tudo as suas parcelas negras que sofriam também com o preconceito racial. Ou seja, a crítica barretiana ao elitismo e racismo das ordens religiosas, certamente fora em grande parte possibilitada pela complexa experiência de vida do cronista carioca. Em seu diário íntimo, Lima Barreto nos deixou relatos sobre ocasiões em que sofreu com o preconceito de cor. Em registro de 26 de dezembro de 1904, o escritor abertamente se queixou de um caso de preconceito ocorrido em seu ambiente de trabalho: “eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande.” (BARRETO, 1956, p.52 In: REZENDE; VALENÇA, 2004, p.11).

Outra medida radical ainda integrava o “manifesto maximalista” elaborado por Lima Barreto e contrapunha-se diretamente às pretensões da Igreja Católica no Brasil, sendo ela a aprovação do divórcio completo e, de acordo com o escritor, sem comunhão de bens, podendo a mulher ou o homem requerê-lo, coma primeira podendo livremente dispor de seus bens. Cabe destacar que os debates acerca da aprovação do divórcio se deram intensamente neste contexto de consolidação da República e concomitantemente a outros caros à Igreja, então bastante temerosa diante de quaisquer medidas que pudessem vir a diminuir a sua capacidade de influência em nossa sociedade, sendo exemplar o seu empenho nas discussões travadas a respeito da aprovação do casamento civil, da secularização dos cemitérios e da institucionalização do ensino laico. Entretanto, foi na crônica *Não há remédio* que o cronista discorreu mais sobre a temática do divórcio. Em meio aos argumentos levantados no diálogo ficcional que compõe a crônica, era claramente perceptível a perspectiva barretiana a favor da separação matrimonial:

Na família, [os padres] obstam, com todos os seus refinados argumentos, hipócritas, a instituição do divórcio; cultivam entre os cônjuges que se odeiam a mútua falsidade de gestos e palavras, para não consentir no estabelecimento do divórcio completo; reforçam a estúpida concepção de honra conjugal, uma brutal ideia do medievo, que leva os nossos pobres homens de hoje a praticar selvagens assassinatos, que eles não seriam capazes de fazer se não fora essa cultura paleolítica de ideias, sentimentos e noções de que se incumbem os padres em geral. (BARRETO, 20/7/1918)

Não podemos deixar de reconhecer o significado que a questão do divórcio possuía para a Igreja Católica, sendo ela um dos pontos centrais de seu projeto institucional para os desafios apresentados pela complexa conjuntura histórica e política da

virada do século, principalmente em âmbito nacional, onde se desenvolveram debates acalorados a respeito de aspectos como a organização do estado republicano laico e dos limites para a atuação da própria Igreja na sociedade brasileira. Quanto ao posicionamento intelectual de Lima Barreto, favorável ao divórcio e, ao mesmo tempo, contrário à inflexibilidade da Igreja em relação ao mesmo, julgamos legítimo compreendê-lo enquanto determinado principalmente por seu alinhamento em relação às propostas socialistas e anarquistas, marcadas, em linhas gerais, pela rejeição à autoridade da Igreja. Inclusive, como o trecho supracitado nos permite depreender, Lima Barreto de alguma forma convergiu com ideias desenvolvidas por intelectuais coevos, também filiados ao anarquismo. A ideia veiculada na crônica destacada, de que os homens, quase que desprovidos de sua racionalidade, seriam compelidos à prática de assassinatos pela Igreja, devido à “cultura paleolítica de ideias, sentimentos e noções” mantida pela própria instituição, nitidamente alinhava-se ao raciocínio exposto por José Oiticica no jornal *A Lanterna*, de outubro de 1912, onde ratificou a Igreja como uma das responsáveis pela “asfixia” da inteligência humana, visto que incutiria nos homens apenas a obediência e tirava-lhes qualquer capacidade de reflexão independente (VENTURA, 2006, p.22). Contudo, não podemos tomar o posicionamento “pró-divórcio” de Lima Barreto enquanto comum apenas aos agentes do campo intelectual alinhados às doutrinas de esquerda, afinal, Olavo Bilac, intelectual assumidamente inclinado pelas concepções republicanas e capitalistas, também demonstrou-se favorável ao divórcio durante o seu tempo de jornalista. Segundo o próprio Bilac,

É a Igreja quem mais se insurge contra o divórcio. Como se não nos bastassem, para desgraça, as penas eternas com que ela ameaça as nossas almas depois da morte, ainda nos oprime este seu desejo de nos escravizar durante a vida, defendendo a tirania do casamento indissolúvel, e condenando os esposos que se odeiam ou não se entendem à perpetuidade de uma união intolerável. (BILAC, 10/7/1908 In: DIMAS, 2006, p.207)

Ainda vale destacar que Lima Barreto, na continuação da crônica anteriormente citada, voltava a uma das tônicas mais marcantes de sua militância intelectual, mais precisamente à sua oposição ao capitalismo e à desigualdade social, porém, desta vez indicando que os membros da ordem dos jesuítas tinham da “propriedade a concepção mais atrozmente burguesa”. Deste modo, ainda que de maneira indireta, por se tratar de uma ordem religiosa ligada à Igreja Católica, entendemos que a interpretação

esboçada por Lima Barreto apenas vem a ratificar o que afirmamos anteriormente, ou seja, que as ideias socialistas e anarquistas em grande medida determinaram a sua concepção acerca da Igreja e seu corpo institucional, sendo interessante atentarmos, inclusive, para a compreensão que o cronista carioca tinha dos representantes da instituição católica como detentores de tendências situacionistas em relação à ordem estabelecida e suas classes dominantes, pois, “prestigiam os espertalhões e mais agiotas de tal modo que, não podendo aproveitar tudo o que possuem, deixam, entretanto, muitos homens [...] à míngua” (BARRETO, 20/7/1918).

A esta altura já podemos afirmar que o pensamento barretiano trazia em sua composição inúmeras críticas à Igreja, estando elas em boa parte materializadas em diversos pontos de sua produção cronística, embora Lima Barreto tivesse para si, de maneira um tanto idealizada, que a instituição católica chegou a exercer no passado um importante papel social, quando ainda se encontraria acima dos mesquinhos interesses humanos. Após a análise do conteúdo das principais crônicas publicadas por Lima Barreto enfocando a Igreja, conseguimos identificar variados fatores que de alguma forma influenciaram na construção de sua perspectiva extremamente negativa em relação à instituição, sendo os mais significativos: as experiências inerentes à sua condição de negro e ao seu pertencimento às camadas mais humildes da sociedade carioca, a sua reconhecida inclinação pelas concepções socialistas e anarquistas, bem como a sua aberta rejeição pelo regime republicano brasileiro de feições marcadamente oligárquicas.

As origens sociais desfavorecidas de Lima Barreto, bem como a sua condição de negro, seguramente foram determinantes, sobretudo pelas experiências que proporcionaram ao escritor em sua sofrida trajetória de vida, para que tenha acusado a Igreja e suas ordens religiosas, sem maiores hesitações, de racismo e elitismo, afinal, segundo o autor, as suas portas raramente se abriam para as moças de famílias menos abastadas. De fato, as requisições para a entrada em várias ordens eram muitas e indubitavelmente delas estavam em boa parte excluídas, moças negras e pobres.

Quanto à inclinação de nosso escritor pelas correntes socialistas e anarquistas, julgamos legítimo afirmá-la como basilar na elaboração de suas críticas à Igreja enquanto instituição detentora de tendências situacionistas e mais interessada no apoio às classes dominantes do momento, afinal, “Ela está sempre com o poderoso do dia e

sempre com um pontilhão, a fim de passar-se para o poderoso de amanhã" (BARRETO, 12/4/1919). Contudo, esta flexibilidade da Igreja diante de circunstâncias históricas, não impediu Lima Barreto de interpretá-la como uma instituição "engessada" no tempo e no espaço, já que não se mostrava capaz de "compreender as profundas transformações sociais que se vão passando de uns séculos a esta parte" (BARRETO, 12/4/1919). Deste modo, tendo a igualdade social como referencial de sua militância intelectual inclinada pelos ideais do pensamento de esquerda, Barreto enxergava na tendência da Igreja aliar-se aos poderosos da vez, não somente uma falta de compromisso com os ideais cristãos mais básicos, mas o seu comprometimento com a exclusão social inerente à ordem republicana e capitalista estabelecida no país, estando mesmo "disposta a apoiar os fatores da miséria, do sofrimento, das dores, dos crimes entre os homens que podem quase totalmente ser removidos, desde que o seja a sua desigualdade social e econômica" (BARRETO, 12/4/1919). Uma das soluções propostas para este quadro problemático, de acordo com o "manifesto maximalista", era o confisco dos bens das ordens religiosas, já que não havia "nenhuma propriedade mais social do que esta" (BARRETO, 12/4/1919).

E a respeito da oposição ao regime republicano como fator determinante para a perspectiva crítica de Lima Barreto em relação à Igreja Católica, pudemos notar que em suas crônicas o escritor carioca veiculou impressões que sutilmente apontavam a instituição como aliada à República brasileira, o que fez com que ela se tornasse alvo de suas críticas mais ferrenhas já que "nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja mais apoio" (BARRETO, 6/10/1917). Sendo o regime republicano, aos seus olhos, um dos responsáveis pela avassaladora entrada do capitalismo no Brasil, realidade evidente no fato de que "O nosso regime atual é da mais brutal plutocracia" (BARRETO, 3/3/1915). Conseqüentemente, à Igreja também caberia significativa parcela de responsabilidade pelo cenário social advindo deste processo, sobretudo pelo exercício da função de legitimação simbólica do *status quo* republicano, embora, de acordo com Lucia Lippi de Oliveira, a instituição tenha se oposto a algumas das nuances intrínsecas à consolidação do primeiro regime laico da história brasileira (OLIVEIRA, 1990, p.161-162):

Para qualquer erro, abuso de poder, opressão ou vexame impostos pela nossa burguesia rica, urbana ou rural, administrativa ou comercial à população miserável do país, ela não tem uma palavra de reprovação ou censura; ao contrário: procura atenuar ou explicar com manha e jeito. (BARRETO, 12/4/1919)

Aquilo que Lúcia Lippi de Oliveira interpretou como um projeto da Igreja de estabelecer uma “República católica” em terras brasileiras (OLIVEIRA, 1990, p.163), seguramente soava a Lima Barreto tão claramente elitista quanto o projeto de Estado laico e oligárquico já consolidado no país. Diferentemente de nossas elites republicanas e liberais, que calcaram a sua oposição à Igreja principalmente em motivações ideológicas, institucionais e políticas, podemos afirmar que Lima Barreto concentrou o seu protesto contra a Igreja visando à diminuição da desigualdade social no país, assim como a extinção de mazelas como os preconceitos de classe e cor, mantendo-se alinhado ao pensamento de esquerda e, por isso, julgando-a em convergência de interesses com as classes dirigentes do regime republicano, o que, a seu ver, apenas contribuiria para a manutenção da enorme exclusão social que tanto assolava a população brasileira. República e Igreja, ainda que por vezes em conflito, andaram muito próximas durante o período republicano e Lima Barreto percebeu isso claramente.

Em grande parte o que Lima Barreto buscava nas colunas da imprensa de seu tempo era uma sociedade brasileira menos desigual, menos preconceituosa e mais solidária, e se opor à Igreja Católica contribuiria nesse sentido, já que significava, aos seus olhos, também se opor, embora indiretamente, mas de modo independente e contra-hegemônico, às frações oligárquicas dominantes e à legitimação simbólica que a instituição católica prestava ao seu domínio político.

Fontes utilizadas neste artigo:

BARRETO, A. H. de L. 1915. O momento. O Correio da Noite. Rio de Janeiro, 3 mar.

BARRETO, A. H. de L. 1915. Palavras de um snob anarquista. A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, 15 mai.

BARRETO, A. H. de L. 1917. Sobre a carestia. O Debate. Rio de Janeiro, 15 set.

BARRETO, A. H. de L. 1917. São Paulo e os estrangeiros [I]. O Debate. Rio de Janeiro, 6 out.

BARRETO, A. H. de L. 1918. No ajuste de contas... A.B.C.. Rio de Janeiro, 11 mai.

BARRETO, A. H. de L. 1918. Não há remédio... Rio de Janeiro, 20 de jul.

BARRETO, A. H. de L. 1919. A circular do Reverendo Vigário-Geral. Revista Contemporânea, 12 abr.

Referências

ALONSO, A. 2002. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 392 p.

BARBOSA, M. 2000. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 220 p.

BOURDIEU, P. 1968. Campo intelectual e projeto criador. In: *Vários, Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 105-145.

_____. 2007. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 361 p.

BOTELHO, D. 2001. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 197 p.

_____. 2001. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Unicamp, 243 p.

CARVALHO, J. M. de. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 216 p.

DIMAS, A. 2006. *Bilac, O Jornalista*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp, 3 v.

ENGEL, M. 2004. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg17-4.pdf> Acesso em: 17/07/2015.

_____. 2005. Os intelectuais, o nacional e o popular (Rio de Janeiro 1890-1910). Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/171>> Acesso em: 10/12/2014.

_____. 2006. Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Magali%20Gouveia%20Engel.pdf>> Acesso em: 20/6/2015.

LESSA, R. 2001. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: M. CARVALHO (Org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro, Museu da República, p.11-58.

- MELLO, M. 2008. A Modernidade Republicana. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf> Acesso em: 5/5/2013. _____. 2011. A República e o Sonho. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010487752011000100006&script=sci_arttext> Acesso em: 3/4/013.
- MICELI, S. 1985. *A elite eclesiástica brasileira (1889-1930)*. Campinas, SP. Tese de livre docência em Sociologia. Unicamp, 222 p.
- OLIVEIRA, L. L. 1990. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 208 p.
- REZENDE, B.; VALENÇA, R. 2004. *Toda Crônica*. Rio de Janeiro, Agir, 2 v.
- SANTIROCCHI, Í. D. 2010. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/04p24.pdf>> Acesso em: 8 fev. 2013.
- SEVCENKO, N. 1983. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 456 p.
- SODRÉ, N. W. 1966. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 501 p.
- VENTURA, T. 2006. *Nem barbárie. Nem civilização*. São Paulo, Annablume, 148 p.

Artigo recebido em 06.10.2016 e aprovado em 06.02.2017.